

ocorvo.pt

Coletivo de arquitetas feministas quer tornar Lisboa “uma cidade de todas e de todos” • O Corvo

14-18 minutos

A experiência da violência na vida urbana acontece em várias frentes e formas e atingindo, na maioria, aqueles e aquelas cuja voz é afastada do centro das atenções. Patrícia conta-nos que já fez um exercício, junto de colegas, em que cada pessoa saía à rua vestido de uma nova identidade – como uma mulher transgénero, uma criança negra de 10 anos ou uma mulher idosa de cadeira de rodas de 90 anos. A arquiteta garante que basta “quatro ou cinco quarteirões” para se perceber que, para algumas pessoas, a ocupação da cidade tem dificuldades ímpares.

Pode uma mulher transgénero sentir-se segura em qualquer rua? Quantas alterações um idoso tem de fazer no percurso para conseguir chegar onde deseja? Que trajeto percorre um jovem que sai do trabalho à noite? Para as arquitetas, é urgente que a cidade deixe de ser desenhada “para uma minoria”. Mas, por outro lado, é efetivamente possível pensar e implementar modelos mais inclusivos, criativos e diversos de fazer cidade e arquitetura? Sim. Como? Para perguntas difíceis, respostas simples: concebendo cidades feministas.

A cidade não se faz de cima para baixo

A conversa com O Corvo acontece num espaço que se dedica exclusivamente às mulheres – fenómeno pouco frequente na capital. Entramos na Casa das Associações, no Parque Infantil do Monsanto. Atualmente, este é o espaço de trabalho da Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres. O nome de Maria Alzira Lemos, feminista, deputada do primeiro governo de Mário Soares e representante da Associação Intervenção Feminina, está gravado na porta.

No centro Maria Alzira Lemos, as paredes são espelhadas, permitem-nos admirar os eucaliptos, acácias, pinheiros e até os sobreiros que se escondem no Parque. Por dentro, é amplo, fresco, de tons claros, sem espaços ocultos nem paredes internas, convidativo ao trabalho coletivo. À porta, somos recebidos com um cartaz que grita visualmente. Diz-nos que as mulheres são mais de 50% da população, mas continuam sem representatividade nos lugares de poder. As boas vindas estão dadas.

Há gatas e gatinhas dentro e fora do espaço. Pretas, brancas, cinzas. Patrícia recebe-nos, a trocar mimos com a gatinha Glória, de olhos verdes. Em 2010, começou a investigar sobre urbanismo feminista e a relação entre cidade e género. Contudo, foi o ano passado que lançou o desafio a um conjunto de mulher arquitetas de criar uma associação – a Associação Mulheres na Arquitetura.





Tornava-se imperativo a existência um coletivo em Portugal que refletisse o papel e o caminho das mulheres arquitetas. “Como é que elas podem ter uma maior representatividade? Que trabalho é que fazem, se desistem da profissão, desistem porquê?”, questiona Joana Pestana Lages, uma das 30 arquitetas que dá corpo à associação.

Joana Pestana Lages, doutorada na FAUL, já trabalhou na Willy Müller Architects, em Barcelona, na dRMM Architects, em Londres, e com o arquitecto Renzo Piano, em Génova. Agora, em Monsanto, esclarece-nos acerca da ideia que a move. “A cidade feminista é uma cidade pensada por todos e todas e para todos e todas. É uma cidade que é co-construída, co-gerida, em que se pensa na multiplicidade de vivências diferentes e acolhe essa diferença, não como uma ameaça mas como uma oportunidade de criar laços humanos. Uma cidade que, no fundo, até é mais livre”.

A abordagem feminista do urbanismo impõe uma disrupção com o modelo que tem vindo a ser feito. “Do que é que me interessa que me digam que estão a construir uma cidade inclusiva para as mulheres, se arranjam um manual uniformizador e a cidade não é uniforme? E quem é que lhes disse que aquela é que é a cidade inclusiva? Onde é que foram buscar a informação?”, continua Patrícia. “Quase me apetece ser provocadora. Diz-me uma coisa que tenha acontecido nos últimos cinco anos na cidade que tu aches que saiu de uma experiência de uma mulher?”

A cidade não se faz de cima para baixo – garante-nos a arquiteta. “É necessário estudar, conversar, estar no terreno” a fim de ter

equipas com técnicos e técnicas que tragam outras consciências e diversidades.



Patrícia Santos Pedrosa: “A arquitetura e o urbanismo não são disciplinas neutras”

O Corvo pede a Patrícia Santos Pedrosa, fundadora da associação, que fale dos principais problemas urbanos da cidade de Lisboa. Responde com um “ui” arrastado, seguido de uns segundos de silêncio. Há tanto por onde pegar mas começa pela mobilidade, que, para a ativista, tem vindo a ser perigosamente esquecida. Admite que tem sido feito algum esforço junto das pessoas com mobilidade reduzida – nomeadamente nos passeios e passadeiras –, mas longe do desejado, alertando que continuam a existir estações de metro impossíveis de serem utilizadas por pessoas com problemas de mobilidade ou até mesmo para quem tenha de andar com um carrinho de bebé.

“Lisboa precisa de uma estratégia urbana urgente, com objetivos e

orçamento”, diz-nos. “Se não circulas pela cidade quando e como queres – seja de bicicleta, a pé, de transportes públicos e vou dizer, no final, o carro, porque acho que as cidades têm de reverter as prioridades com as quais se movem – torna-se um problema fundamental”.

Além da questão urgente da mobilidade, os transportes públicos de Lisboa têm ainda vários problemas, como serem completamente desadequados à quantidade de passageiros. “Para uma mulher, é muito mais fácil ser abusada fisicamente num autocarro ou metro cheio, do que numa condição em que sejam respeitados os mínimos da distância aceitável”.

Patrícia ilustra com a uma história: uma menina, colega da sua filha, com 11 anos, negra, imigrante. “Ela desloca-se para o autocarro, que aos 11 anos devia ser uma coisa banal, da qual não devíamos ter medo. E no autocarro foi apalpada por um homem que estava ao lado dela. Ela não tinha capacidade de reclamar a situação, por causa de todos os níveis de opressão. E, se alguém viu, não fez nada? E, se vissem, o que é que faziam? Estão os condutores e condutoras dos autocarros preparados para estas situações? E a polícia?”.

Encontrar soluções urbanas exige perceber todos os recursos que podem ser utilizados. É-nos dado o exemplo do norte de Espanha, onde, em Vigo e em Bilbao, a pedido de mulheres, os autocarros começaram a parar fora das paragens oficiais. A medida diminuiu o medo que as mulheres sentiam no percurso, uma vez que as permitiu ficar mais perto de casa.

Além da questão da segurança, a relação entre o espaço público e as mulheres faz-se de vários outros aspetos, como, por exemplo,

da vida familiar. O facto de as mulheres “trabalharem o dobro em casa, naquele que é o trabalho reprodutivo” faz com que a vivência na cidade seja mais reduzida, ou, ao acontecer, aconteça em apenas determinados espaços. “Todas estas dinâmicas contribuem para uma vivência na cidade que é distinta dos homens e penalizadora”, diz Joana Pestana Lages.



(Foto: O Corvo)

Plurais são os problemas e têm de ser as soluções. Patrícia Santos Pedrosa recusa a ideia de que existe uma solução mágica ou uma receita-tipo. “Uma solução que funcione em Lisboa num determinado bairro pode ser fantástica e depois chegas a Cascais e é uma tremenda de uma desilusão”, continua. “O que é fundamental para ti no teu bairro pode não ser o que é fundamental no meu. Para cada vila e contexto, tem de se trabalhar com mulheres para perceber o que é fundamental”. E aqui sublinha-se a

palavra mulheres, no plural. “Esta questão do feminismo nunca foi, não é, nem pode ser, uma questão de um outro privilégio das mulheres brancas, tem de ser generosidade, empatia e solidariedade, se não não funciona”.

Mulheres invisíveis. Até quando?

A representação nasce torta, desde logo no berço que são as universidades. Joana Pestana Lages, doutorada em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, confessa ter tido poucas professoras no seu percurso escolar. Patrícia Santos Pedrosa, doutorada na Universidade da Catalunha, nunca teve uma professora na disciplina de Projeto – a mais importante do curso.

Ainda que com poucas professoras, Joana garante que as turmas têm cada vez mais alunas. Contudo, a forma de lecionar continua desfasada da realidade. “Ainda se passa a ideia de que conceber a cidade é conceber a cidade para um cidadão neutro, que é, se pararmos para pensar, um homem, uma vez que outras dimensões de diversidade nunca são incluídas. Se elas não são ensinadas, dificilmente serão reproduzidas em contexto profissional”.

Joana Pestana Lajes acrescenta ainda que continua a ser difícil os alunos ou alunas se lembrarem, por exemplo, de 10 arquitetas que tenham marcado o seu percurso ou que achem inspiradoras. E não é que elas não existam. Existem, e são muitas. São é afastadas da luz dos holofotes.





(Foto: O Corvo)

Denise Scott Brown. Judaica, de 86 anos, completou em 1958 o seu mestrado em planeamento na Universidade da Pensilvânia. Foi na academia que conheceu o arquiteto Robert Venturi, com quem mais tarde casou. Juntou-se à empresa do marido, Venturi e Rauch, onde era co-autora de várias obras.

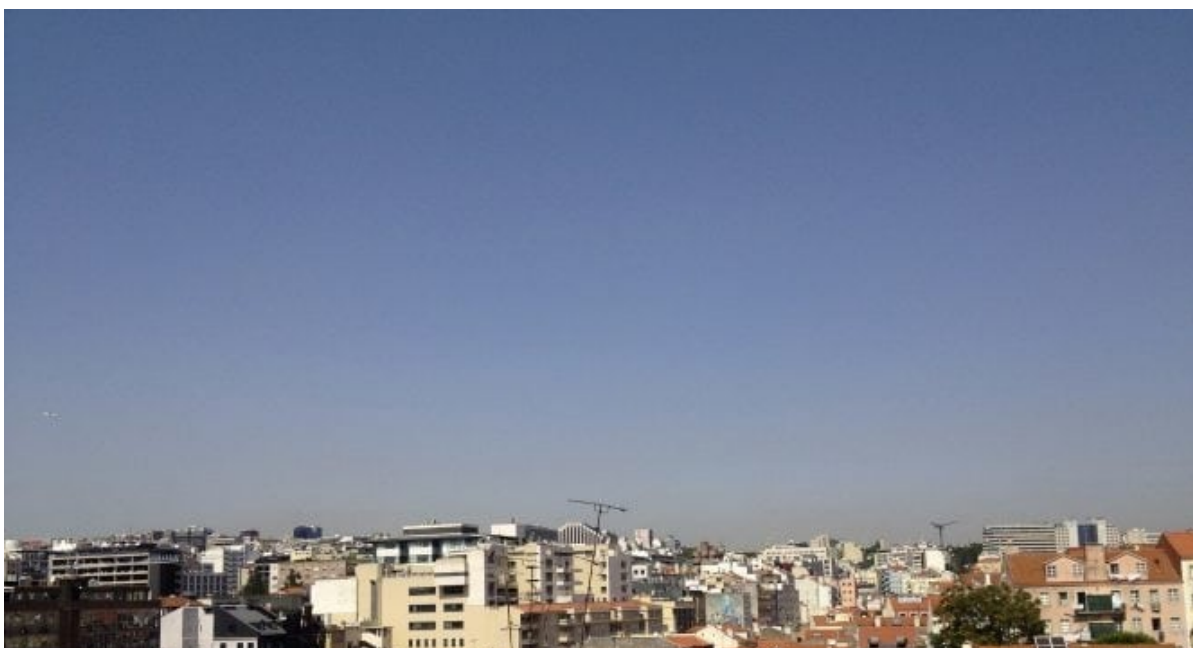
Em 1991, Robert Venturi foi anunciado vencedor do prémio internacional Pritzker. Scott Brown não compareceu na cerimónia em protesto – nesse ano, a Fundação Hyatt decidiu só honrar arquitetos individualmente, medida que só foi alterada em 2001. Em 2013, a organização de estudantes Women in Design da Harvard Graduate School of Design, levou avante uma petição para Denise Scott Brown receber, 22 anos depois, o reconhecimento conjunto com Robert Venturi.

Alvar Aalto, arquiteto finlandês, recebeu o prémio Eugénio, a Medalha de ouro da Royal Institute of British Architects, da American Institute of Architects, e a medalha Alvar Aalto. A sua obra é considerada exemplar, um marco da arquitetura moderna da primeira metade do século XX. Segundo Joana Pestana Lages, é

possível verificar duas fases no seu percurso profissional. A fase em que trabalhava com a sua primeira esposa, a arquiteta Aino Aalto, em que se dedicavam, em conjunto, ao conceito Gesamtkunstwerk, ou seja, a ideia de “uma obra de arte por inteiro”, em que se projetava não só o edifício mas também os pormenores das superfícies internas. E a segunda fase, que corresponde à segunda esposa, Elissa Mäkinieni, também arquiteta. Ambas foram parceiras e influenciadoras do seu percurso, mas permaneceram à penumbra.

“Há uma invisibilização evidente, e até se sabe que muitos dos grandes nomes da arquitetura homens tiveram apoio, suporte, contributo e co-autoria de mulheres, que algumas foram apagadas”, continua Joana.

Em Portugal, só nos anos 1940 é que as mulheres arquitetas chegaram à profissão, com a validação da formação académica. Atualmente, representam 44% dos inscritos na Ordem dos Arquitetos. Contudo, Joana alerta que se encontram sub-representadas nos resultados dos concursos, nos júris, nos convites dos média ou nos seminários.





(Foto: O Corvo)

Por exemplo, este ano, no seminário Poder e Arquitetura, organizado pela Casa da Arquitetura, em Matosinhos, e da responsabilidade de Roberto Cremascoli, o programa incluía 28 “arquitetos de referência nacional e internacional”, sendo que apenas 3 eram mulheres.

Desconstruir: do espaço aos preconceitos

O primeiro ano da Associação Mulheres na Arquitetura foi intenso, mergulhado em reuniões na casa da fundadora Patrícia. Fizeram parte de discussões, conferências e ciclos de conversas tanto em Portugal como no estrangeiro – por exemplo, no MoMoWo (Women’s Creativity Since the Modern Movement) em Turim.

Para a associação, a partilha de conhecimento e a aquisição de consciência são imprescindíveis. “O espaço, a arquitetura e o desenho urbano não contêm em si uma mudança estrutural se ela não for acompanhada por uma mudança de mentalidades, essa tem de acontecer desde cedo, tem de acontecer nos lugares que nós ocupamos”, diz Joana Pestana Lages.

Tendo as palavras de Joana como lema, este ano, a Associação Mulheres na Arquitetura recebeu financiamento do programa da Câmara Municipal de Lisboa BIP-ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa – para o projeto “Um género de Escola”, que vai ser testado na Escola Gil Vicente, na Graça, e na Escola Patrício Prazeres, na Penha de França.

A escola é um dos primeiros espaços de socialização de uma criança, o que acaba por ter um impacto significativo na construção da sua identidade. A partir daquilo que é o espaço da escola, a missão do projeto passa por desconstruir, com os alunos e alunas, os preconceitos de género – utilizando, por exemplo, o espaço do recreio que tem uma demarcação evidente entre aquilo que são as atividades socialmente construídas para os rapazes e para as raparigas.

De forma participada e co-construída, os alunos vão mapear os preconceitos de género que acontecem na ocupação do espaço da escola, ganhar consciência deles e, por fim, pensar na transformação, nas alterações necessárias ao contexto escolar.

Começar pelas crianças para mudar toda uma sociedade. A aprendizagem é feita passo a passo, até lhes ser transmitida a lição final: a cidade pertence a todas e a todos. A cidade é o espaço da democracia, a casa partilhada que tem de ser segura e confortável a quem a ocupa. Abraçar a diversidade e incorporá-la na cidade. Se é verdade que o urbanismo lisboeta tem sido palco de desigualdades, também é verdade que é possível o prefixo cair. E se cair, quem sabe se o espaço não será uma alavanca para tornar a sociedade mais justa. “É importante pensar que isto surge no espaço, é produzido e reproduzido no espaço, mas que também pode ser transformado no espaço. É esse o caminho”, conclui Joana.

NR: texto editado às 16h15 de 13 de Setembro. Clarifica a correcta designação do Centro Maria Alzira Lemos – e não “Centro Maria Alzinda Lemos”, como antes estava escrito.